

**A literatura a serviço da nação e da civilização do Império do Brasil na Revista
Niterói**

Marcelo de Mello Rangel

Resumo: Analisamos a Revista Niterói, publicada em Paris no ano de 1836, por Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre e Francisco de Sales Torres Homem. Detemo-nos à apresentação da Revista, intitulada – “Ao Leitor” e ao artigo de Gonçalves de Magalhães, intitulado – “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”. Mostramos que a Revista Niterói fora escrita a partir de um objetivo fundamental, a saber, a civilização dos homens e mulheres da *boa sociedade*, e isto em nome do amor, ou seja, do bem da “nação”, do bem comum. No entanto, acompanharemos que os seus redatores, em especial, Gonçalves de Magalhães, redigiram um projeto civilizador marcado, por um lado, pela esperança e pelo otimismo e, por outro, pela desilusão e pelo pessimismo, e isto porque entendiam que o Império do Brasil seria composto por homens e mulheres egoístas, preocupados, tão somente, com a realização de suas inclinações.

Palavras-chave: Gonçalves de Magalhães, Revista Niterói, Império do Brasil.

Abstract: We analyzed the Niterói Magazine, published in Paris in 1836 by Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre and Francisco de Sales Torres Homem. We stop the presentation of the Journal, titled - "To the Reader" and the article by Goncalves de Magalhaes, titled - "An Essay on the history of literature of Brazil". We show that the Niterói Magazine was written from a fundamental goal, namely, the civilization of men and women of *good society*, and this in the name of love, or the good of the "nation", the common good. However, we will follow that their writers, in particular, Goncalves de Magalhães, drafted a civilizing project marked the one hand, by hope and optimism and, secondly, the disappointment and the pessimism, and this because they understood that the Empire of Brazil would be composed of selfish men and women, worried, alone, with the completion of their slopes.

Keywords: Gonçalves de Magalhães, Niterói Magazine, Empire of Brazil.

1. “Ao Leitor”: identidade nacional e civilização através do amor

O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores desta obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes podiam, nenhum outro proveito lhes funde.

Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum e de glória da pátria.

Tal é o fim a que se propõem os autores desta *Revista*, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional.

As obras volumosas e especiais só atraem a atenção de alguns homens exclusivos que de todo se dedicam às ciências, aqueles, porém, que por sua posição não podem sacrificar o tempo à longa meditação, folgam, quando em um pequeno livro, contendo noções variadas e precisas, encontram um manancial, que lhes economiza o trabalho de indagações e o enjôo de um longo estudo, colhendo n'uma hora o resultado de um ano de fadigas.

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização e tocar ao ponto da grandeza, que a Providencia lhe destinaⁱ. (Magalhães; Porto-alegre; Torres Homem, 1978)

A Niterói, *Revista Brasiliense* começa com a apresentação de seus princípios, e isto através de um pequeno texto intitulado “Ao Leitor”, que acabamos de transcrever na íntegra. Seus redatores evidenciam, logo de início, aquilo que pretendem, a saber, a orientação da vida prática dos homens do Império do Brasil, e isto a partir da medida do amorⁱⁱ. Em duas páginas, os redatores da revista Niterói fazem conhecer seus propósitos. Acompanhemos:

O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores desta obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes pode, nenhum outro proveito lhes funde. (Magalhães; Porto-alegre; Torres Homem, 1978)

“O amor do país”, este é o princípio que governa a confecção da revista Niterói, é o princípio fundamental à civilização dos homens e mulheres que constituíam a *boa sociedade* do Império do Brasil, bem como essencial à delimitação e evidenciação de uma identidade nacionalⁱⁱⁱ. O “desejo” de ser “útil” ao país que “amavam” provoca o lançar-se desses homens à vida prática, e isto através da literatura, ou se quisermos do pensamento^{iv}. Amor que conferiria pouca ou nenhuma glória, fazem questão de sublinhar. Dizendo ainda em outras palavras, o “amor do país”, que é o interesse pelo bem comum, aparece como sentimento capaz de provocá-los à civilização, ou ainda, à reforma das idéias e dos costumes que orientariam a *boa sociedade*, e de caracterizar e de evidenciar a identidade nacional, ou seja, de delimitar a “nação”.

Anunciam a necessidade de se confeccionar artigos úteis em intervalos regulares. Úteis porque buscam cumprir o que seria a mais elevada das tarefas reservada àqueles que amam verdadeiramente seu “país”, a saber, ensinar a amar, a bem-querer o “bem comum”, e, em intervalos regulares, porque tinham a intenção de intervir e intensificar, de maneira expressiva e vigorosa, o *espaço público*, discutindo todas as matérias, e isto a partir das medidas do amor, da liberdade e da verdade^v. Anotavam que seus “concidadãos” estavam, no entanto, preocupados com temas pessoais, particulares e corriqueiros, e não com aquilo mesmo que seria fundamental ao progresso moral e material do Império, a saber, o “bem comum”, a “glória da pátria”^{vi}.

Há muito reconheciam eles (os organizadores da Revista) a necessidade de uma obra periódica que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre causas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, acostumassem-os a refletir sobre objetos do bem comum e de glória da pátria. (Magalhães; Porto-alegre; Torres Homem, 1978) (Grifo nosso)

Os organizadores da Revista vão permitindo entrever seu projeto. Declaram que a atenção do público, em geral, estaria direcionada às questões “diárias”. Boa parte da *boa*

sociedade estaria atenta, a maior parte do tempo, a matérias pueris e a temas que só diziam respeito à “vida privada” de seus protagonistas. Atentos às “novidades”, incessantes, sobre a vida dos outros, ocupados em saber dos negócios alheios, orientados por objetivos egoístas, esqueciam e descuidavam da “glória da pátria”, do bem de todos, viviam em desamor.

Magalhães e seus companheiros pretendiam que seus “concidadãos” passassem a refletir sobre questões de interesse público, e isto orientados pelo amor, o que é o mesmo que dizer, orientados pelo interesse de evidenciar e fazer vigorar o que era bom para a totalidade dos “brasileiros”, movimento que permitiria, ao fim, o próprio abandono de uma vida determinada pelos instintos, pelas inclinações. Trata-se da necessidade de caracterizar e de estabelecer a totalidade nacional como medida.

Acompanhamos, até aqui, a apresentação de um princípio fundamental à revista Niterói, qual seja, a necessidade de estimular os homens e mulheres da *boa sociedade* a pensar e a agir de acordo com o interesse público, a partir do imperativo do amor, princípio que seria responsável, a um só tempo, pela civilização desses homens e mulheres e pela delimitação e evidenciação de uma identidade nacional. Magalhães e seus companheiros pretendem, inicialmente, civilizar, ou ainda, transformar as idéias e os hábitos dos homens e mulheres da *boa sociedade*, fazendo-os ultrapassar o egoísmo em nome do modo de ser do amor, ou ainda, do interesse fundamental pelo bem da “pátria”. No entanto, os companheiros de Revista lançam mão de uma estratégia específica para realizarem seu projeto civilizador, a saber, trabalham na caracterização e na evidenciação de uma identidade nacional também com o intuito de sensibilizar seus leitores, provocando-os à assunção do modo de ser do amor, e isto a despeito de uma decisão racional originária. Anotam que pretendem disponibilizar lições úteis, especialmente através da economia política, lições que levariam a “nação” ao progresso moral e material, aliás, anunciam que estas lições seriam importantíssimas para o progresso do Império, talvez o que houvesse de mais necessário. Não obstante, reconhecem uma outra necessidade complementar, a necessidade de emocionar e convencer os homens e mulheres egoístas a concretizarem determinadas lições em nome do bem comum, por isto insistem na “literatura” e nas “artes”, insistem nelas porque elas seriam capazes de “animar a indústria”, “enchendo de glória e de orgulho”. Ânimo que além de despertar o orgulho, “desenvolvia o amor e a simpatia geral” em

relação àquilo que deveria ser, o que era “justo, santo, belo e útil”, a saber, os próprios sentidos disponibilizados pela Revista, sentidos fundados no imperativo do amor.

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização e tocar ao ponto da grandeza, que a Providencia lhe destina. (Magalhães; Porto-alegre; Torres Homem, 1978)

O que está em questão aqui é a caracterização da identidade nacional, e isto com um objetivo específico, o de civilizar os homens e mulheres da *boa sociedade*, mas trata-se, no entanto, de uma caracterização especial, determinada por critério subjetivos, ou ainda, uma caracterização sentimental^{vii}. Dizendo ainda de outra maneira, Magalhães e seus companheiros lançam mão de sentimentos como o “amor” e o “orgulho” para caracterizarem a “nação brasileira”, método que, além de delimitar uma identidade nacional, acabaria sendo determinante na sensibilização dos seus leitores. Em última instância, os “brasileiros” passavam a ser um conjunto originário e homogêneo de homens e mulheres que se encontravam diante de algo “amável”, digno de “desejo” – a totalidade “Brasil”-, e mais, que nutriam orgulho pela “pátria”, o que provocaria a “elevação da alma” e a provocação do “brio”. Segundo Magalhães e seus companheiros, os homens e mulheres da *boa sociedade* abandonariam suas inclinações e se dedicariam à “nação”, apenas porque amando e orgulhando-se dela, passavam a amar e a orgulhar-se de si mesmos, e isto porque cada um se descobria fazendo parte constitutiva de uma totalidade robusta e descomunal – o “Brasil”. O que está em jogo aqui é a instauração de uma espécie de dependência mútua, ou seja, a “nação” dependia da dedicação de cada um, mas cada um, para sentir-se protegido, ou ainda em casa, confiante e corajoso, dependeria do êxito da própria totalidade. Os companheiros de Revista criam que a ordem sentimental responsável pela caracterização da identidade nacional oferecia contentamento a cada “cidadão”, provocando experiências como a do amor, a do orgulho, a do pertencimento, a da confiança e a da

coragem, seduzindo e provocando os “cidadãos”, até então egoístas, a aderirem à “nação”, “elevando suas almas” e provocando “brio”^{viii}.

Magalhães e seus companheiros criam que homens e mulheres egoístas não seriam capazes de abrir mão de seus desejos mais idiossincráticos e de aderir, por conseguinte, ao seu projeto civilizador, se não experimentassem totalidades caracterizadas pelo amor e pelo orgulho, sentimentos que seriam determinantes à emoção e à satisfação de seus leitores (egoístas). Afirmam que o “Brasileiro amigo da glória nacional” deveria ler os artigos da Niterói, e isto porque pretendiam evidenciar o imperativo do amor, mas também porque preparavam, a partir de seus artigos, a própria possibilidade de experimentação de sentimentos como o amor e o orgulho e, por conseguinte, os de pertencimento, confiança e coragem.

Tal é o fim a que se propõem os autores desta Revista, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional. (Magalhães; Porto-alegre; Torres Homem, 1978)

Os autores da Niterói reafirmam seu projeto nacional e civilizador a cada linha da apresentação, a saber, o de orientar o “Brasileiro” a bem-querer a todos, a pensar e a agir a partir do amor à “glória nacional”, imperativo que seria suficiente à superação do modo de ser egoísta, e isto porque ofereceria satisfação a cada um. Através de “considerações sobre todas as matérias” os homens aprenderiam lições úteis, ou ainda, instruções objetivas acerca de como deveriam se relacionar uns com os outros e, especialmente, de como deveriam produzir e administrar adequadamente as riquezas colhidas junto à natureza. Mas não bastaria ensinar lições úteis, algo mais seria necessário, e isto porque a maioria dos homens e mulheres da *boa sociedade* não estaria disposta a aprender e a realizar essas lições espontaneamente, a partir de uma decisão racional originária. Todas essas “considerações” que prometem orientar adequadamente através de instruções objetivas, também possuem a função de seduzir os sentidos, de manipulá-los através da utilização de totalidades como “pátria” e “nação” e de precipitar os homens e mulheres à ação adequada de forma imediata, ou seja, sem a participação originária da razão. Dizendo ainda em outras palavras, os redatores da Niterói entendiam que não era missão nada simples a de convencer e de corrigir as idéias e os hábitos profundamente egoístas dos homens e

mulheres da *boa sociedade*, missão que precisaria ser concretizada a partir da utilização de duas estratégias complementares, a saber: 1) a disponibilização de lições úteis a todos, caminho que contava com a mobilização originária do aparato racional de seus leitores e, a um só tempo, 2) a manipulação dos sentidos através das totalidades mencionadas, método que provocaria satisfação a cada um e a adesão à “nação” a despeito da própria razão, e isto para que se tornasse possível, num segundo momento, a concretização das lições úteis disponibilizadas na Revista - estratégia que faz reparar a influência de Schiller sobre os companheiros^{ix}.

Para concretizar esse objetivo, o de manipular seus leitores através dos sentidos, os redatores da Niterói lançaram mão de totalidades tais como “Brasileiro”, “pátria” e “nação”, imagens que fariam com que os seus leitores experimentassem sentimentos como o amor e o orgulho e, por conseguinte, os de pertencimento, confiança e coragem, tornando-os dependentes em relação à “nação”, bem como satisfeitos. Em outras palavras, os companheiros pretendiam fazer nascer, através da dependência e da satisfação de cada um em relação à “nação”, um carinho espontâneo e intenso (natural), o que provocaria a civilização das idéias e dos costumes egoístas^x.

Os companheiros de Revista se utilizaram de uma determinada estratégia para forçar a *boa sociedade* a agir e a pensar a partir do amor à “pátria”. Magalhães e seus companheiros investiram na confecção de textos que ofereceriam lições úteis ao bem de todos, mas algo mais sustentava seus escritos, qual seja o método de superpor termos como “pátria”, “país” e “nação”, de superpô-los e de fazê-los significar e evidenciar uma e a mesma coisa – todos, e, por conseguinte, de sensibilizar homens e mulheres egoístas, forçando-os a experimentar determinadas totalidades, conduzindo-os, através delas, à vivência de sentimentos como o amor e o orgulho, o pertencimento, a confiança e a coragem, vivência que os provocaria a agir, daí por diante, em nome do ente – todos, e isto a despeito de uma adesão racional originária.

Em verdade, destacamos dois interesses fundamentais de Magalhães e de seus companheiros, a saber: 1- caracterizar e evidenciar uma identidade nacional e 2- civilizar o Império. Para realizar seus interesses, os companheiros lançaram mão de duas estratégias complementares. Em relação à consecução do primeiro interesse, o da caracterização e evidenciação de uma identidade nacional, fora fundamental a resignificação de termos

como “pátria”, “país” e “nação”, termos que, no interior de seus textos, reuniam as múltiplas identidades que compunham o Império do Brasil, a partir da imagem de uma totalidade mais originária que qualquer diferença^{xi}. Para a civilização dos “brasileiros”, o segundo interesse destacado, os companheiros utilizaram esses termos, incessantemente, com o intuito de provocar a experiência do amor, do orgulho, do pertencimento, da confiança e da coragem e, por conseguinte, emocionar e satisfazer os “brasileiros”, forçando-os a assumir o compromisso de agir em nome do bem comum.

Magalhães e seus companheiros fazem nascer um projeto nacional na medida mesmo em que resignificam termos como “pátria”, “país”, “nação” e “Brasileiro”, fazendo-os significar uma totalidade originária fundamental ao bem de todos. Aí fundam uma identidade determinada por características subjetivas, entre elas o amor e o orgulho e insistem, então, num projeto civilizacional marcado pela necessidade de provocar os homens e mulheres da *boa sociedade* - quer através da razão quer através dos sentidos -, a pensar e a agir em nome do bem de todos. Em verdade, se dedicaram a oferecer lições úteis a todos os seus “concidadãos” e a lançar mão dessas imagens de totalidade para provocar a experimentação de sentimentos como o amor, o orgulho, o pertencimento, a confiança e a coragem, sentimentos que originariam a satisfação dos “brasileiros” e a instauração de uma nação amorosa.

2. Gonçalves de Magalhães: a civilização pela literatura

2.2.1. O espírito do povo, a literatura e a natureza^{xii}

O artigo de Gonçalves de Magalhães sobre literatura, intitulado – “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, publicado no número 1 da Revista Niterói, torna-se, a partir daqui, nosso objeto. Começamos nossas considerações pelo próprio título. Vemos que o signo “Brasil”, que encontramos na apresentação da Revista, também se faz presente no título do artigo de Magalhães, conferindo ritmo a seu texto. Magalhães põe-se, então, a escrever um ensaio sobre o “Brasil”, tratando essa entidade totalizante como natural, inviabilizando, uma vez mais, a própria questão que pergunta pela sua concretude, e isto, de

chofre, já no título de seu ensaio, antes mesmo de iniciar propriamente a redação de seus parágrafos.

Ainda sobre o título, outro signo sem significado efetivamente compartilhado, à época, aparece, a saber – “literatura do Brasil”, ou ainda brasileira. E antes mesmo que se possa questionar a concretude dessa totalidade, Magalhães trata de apresentar a sua história. Ou seja, além da apresentação sumária da totalidade Brasil, como se ela fora natural, ou ainda, como se possuísse um significado homogêneo e compartilhado pela maioria dos homens e mulheres no Império, o autor afirma que isto que é o Brasil possui uma literatura própria, e anuncia sua história, “a história da Literatura do Brasil, “que (como) toda a história, como todo o drama, supõe lugar de cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa e um fim” (Gonçalves de Magalhães, p. 142. Grifo nosso)^{xiii}. Não obstante a promessa de determinar a literatura brasileira, ou ainda a história do Brasil, através da exposição e da análise de poetas e de textos que teriam sido responsáveis pela organização e evidenciação de uma identidade sobranceira, Magalhães, triste e desiludido em função da descoberta de uma história e de uma poesia marcadas pelo modo de ser do egoísmo, dá um passo atrás em sua promessa, e a própria noção de literatura brasileira passa a aparecer sub-repticiamente sem a determinação objetiva prometida, ou seja, o autor não é capaz de descrever e sublinhar, ao longo do texto, os autores e as obras que de início havia prometido^{xiv}.

Magalhães e seus companheiros insistem sim, desde o prólogo da Revista, em presentificar totalidades articuladoras como “Brasil”, “pátria”, “nação” e “Brasileiro”, caracterizando-as sentimentalmente e tomando-as como realidades naturais, evitando, assim, a própria colocação de questões radicais acerca da existência mesmo desses entes. Ou seja, se, num primeiro plano, percebe que não seria capaz de apresentar poetas e textos, ou ainda, uma história da literatura brasileira orientada por sentidos como a liberdade e pelo modo de ser do amor, e isto porque o modo de ser egoísta teria se tornado fundamental, tendo determinado, de uma maneira ou de outra, inclusive os poetas mais relevantes, num segundo plano, entretanto, Magalhães insiste em manipular totalidades como a própria “literatura brasileira” com o objetivo de forçar os homens e mulheres da *boa sociedade* a experimentar sentimentos como amor, orgulho, pertencimento, confiança e coragem, sentimentos que provocariam a assunção do modo de ser amoroso, fazendo, por

consequente, com que os “brasileiros” se doassem à promoção do bem da “pátria” e concretizassem as lições fundamentais ao bem de todos. A totalidade literatura brasileira passa a ser utilizada com o intuito precípua de aprofundar a crença na “nação” e de forçar os homens e mulheres da *boa sociedade* a aderirem a ela e a adquirirem idéias e hábitos amorosos. Movimento que, por sua vez, ia sedimentando a própria identidade nacional, provocando o êxito da “pátria”.

Orientado por esse projeto, Magalhães escreve um texto sobre a história da literatura brasileira e o publica na Niterói. Inicia-o apresentando mais uma totalidade articuladora - o povo. Afirma que o povo (a totalidade dos homens e mulheres do Império) tem uma literatura própria, preparando, assim, a noção de “literatura de um povo”. Magalhães segue em seu objetivo de denegar, sempre que possível, a determinação objetiva e a explicitação exaustiva de totalidades originárias e homogêneas, nesse caso a “literatura de um povo”, utilizando-as, sim, como ente performático fundamental à essencialização da identidade nacional e à sensibilização de homens e mulheres egoístas, buscando emocioná-los e forçá-los à adesão sincera aos valores do amor, provocando-os, também, ao acolhimento das lições úteis disponibilizadas no interior da Revista, senão vejamos:

A Literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória e o reflexo progressivo de sua inteligência. (Magalhães, 1978: p. 142)

Ao falar da “Literatura de um povo”, Magalhães está provocando uma dupla denegação. O autor subtrai a possibilidade de existirem múltiplos povos, múltiplas possibilidades adequadas de ser dentro de um mesmo espaço – o Império do Brasil, bem como invalida as múltiplas possibilidades de literatura, que apareceriam em torno de cada um desses povos, em torno das experiências e expectativas próprias a cada um desses grupos. Seu movimento é o de acusar uma força unificadora que pré-existiria, que existiria antes mesmo do fazer literário, e que tomaria a pena dos literatos autênticos e os faria escrever exatamente de acordo com determinados sentidos essenciais. Literatura passa, então, a ser representante de um espírito, ou se quisermos de um povo – do espírito de um povo, que unifica todos os brasileiros em um ser “Brasileiro”, um único espírito que preside a emergência de toda

possibilidade de experimentação e de realização. O que está em jogo aqui é a presentificação de imagens de totalidade que, mesmo subjetivas e vagas, ou melhor, porque subjetivas e vagas, sem determinações objetivas e exaustivas, teriam o poder de reunir os homens e mulheres da *boa sociedade*, egoístas e tão diferentes entre si, de emocioná-los e forçá-los a agir a partir da medida - todos, os orientado, assim, pela medida do amor, convencendo-os a praticar determinadas lições objetivas, estas sim concretíssimas, disponibilizadas na Revista. E mais, o discurso de Magalhães conta, ainda, com uma promessa sedutora, a saber, a promessa de que a concretização do espírito do povo significaria, necessariamente, a realização e o progresso de cada um^{xv}.

Magalhães afirma, em última instância, que a literatura não deveria obedecer às múltiplas realidades, às incontáveis unidades de sentido que fundavam o Império do Brasil, e isto por serem elas apenas superficiais. O autor destaca, ao contrário, que os literatos deveriam deixar-se conduzir pelo fundo unificador da multiplicidade do real – o “espírito do povo” –, espírito esse que seria um conjunto de sentidos fundamental à existência de todos, sem exceção. Mas o que seria, mais propriamente, esse espírito do povo? Para nos aproximarmos da resposta de tal questão, devemos, antes de tudo, compreender o que significa literatura, ou melhor, o que é isto que é a “literatura de um povo”. Temos, portanto, duas tarefas, a primeira é a de conquistar a compreensão acerca da noção de literatura, e a segunda é a de compreender melhor o que significa este algo telúrico e unificador, o próprio espírito do povo.

A literatura, ou ainda, a “literatura de um povo”, seria um exercício que visaria a “desenvolver”, o que significa evidenciar amiúde o que deve ser e instruir adequadamente. A literatura seria um exercício do pensamento ao qual caberia a tarefa de perceber (organizar) e de evidenciar a unidade articuladora das ações do “Brasileiro”, ou seja, os sentidos necessários à boa existência de todos no interior do “Brasil”; um exercício reflexivo que poderia ser levado a cabo pela história, pela filosofia e pela poesia, pela química e pela física ou ainda pela astronomia e pela economia política^{xvi}.

Através da literatura, o espírito do povo ganhava evidência e requeria fidelidade aos seus sentidos. O que significa dizer que o literato tinha acesso privilegiado aos sentidos (idéias e costumes) que deveriam ser concretizados para que o “Brasil” pudesse vir a ser aquilo mesmo que era necessário à conquista do seu progresso moral e material. Assim,

caberia à literatura a missão de “desenvolver”, de evidenciar e, evidenciando, de “despertar a glória” do espírito do povo brasileiro, conferindo a ele vigor cada vez maior, ou melhor, a possibilidade de se inteiriçar, e isto porque a literatura seria o próprio “reflexo progressivo de sua inteligência”. Enfim, o que temos aqui é uma espécie de relação privilegiada entre a literatura e o espírito do povo, a literatura uma espécie de âmbito privilegiado à evidenciação contínua do espírito do povo, e esse último um conjunto de sentidos, ou seja, de idéias e costumes essenciais à existência no Brasil, que podemos reduzir ao imperativo amor, por um lado, e determinadas lições objetivas, por outro.

Isto que é o espírito do povo aparece, então, como sendo um conjunto determinado de sentidos necessários ao desenvolvimento do Império do Brasil, uma unidade de sentidos articuladora das ações dos “brasileiros”, unidade que deseja ser evidenciada e intensificada, ou ainda “desenvolvida”. Este é o máximo que podemos compreender acerca do que é o espírito do povo no texto de Magalhães. Este é o máximo que podemos compreender acerca do que é o espírito do povo, todavia, podemos ir mais adiante, se nos preocuparmos em evidenciar o que sua presença pretende, o que ela oferece e cobra, e isto justo porque ela pretende mais do que significa propriamente. O espírito do povo aparece, também, como uma noção performática e oferece um sentimento de comunidade, que traria consigo a possibilidade de outras experiências, como a do amor, a do orgulho, a do pertencimento, a da confiança e a da coragem, que forçariam, satisfazendo, por sua vez, os homens e mulheres da *boa sociedade* a romperem com o egoísmo e a se orientarem, por fim, pelo imperativo do amor e a concretizar lições úteis fundadas no bem da comunidade. Em outras palavras, Magalhães e seus companheiros insistiram numa determinada estratégia, a saber, a manipulação retórica de totalidades como o espírito do povo, e isto com o objetivo de provocar a experiência de sentimentos fundamentais à própria assunção do imperativo do amor numa sociedade egoísta e, por conseguinte, essencial, também, à aceitação e à concretização das lições úteis disponibilizadas pela Revista, lições apropriadas à conquista do progresso moral e material.

O espírito do povo, bem como outras totalidades unificadoras, resguarda uma espécie de condição ambígua, de equivocidade, e isto porque os companheiros de Revista não estariam interessados, por mais das vezes, em determiná-las e explicitá-las à exaustão, propriamente. Eles também insistem na arte retórica de manipular essas totalidades no

sentido mesmo de provocar em seus leitores uma experiência sensorial, a experiência do amor, do orgulho, do pertencimento, da confiança e da coragem, forçando-os a agir por amor e a intensificar as lições propostas na Niterói^{xvii}. Segundo Magalhães, junto a Araújo Porto-alegre, a Torres Homem e a Pereira da Silva, a atmosfera na qual estavam inseridos não era propícia à determinação e à explicitação objetiva e detalhada de identidades unificadoras como o “espírito do povo”, a “nação” e o “Brasileiro”, e isto porque os homens e mulheres egoístas não se deixariam convencer pela razão, ou melhor, pela argumentação precisa e analítica de que seu modo de ser, o do egoísmo, era inadequado. Os companheiros entendem que, em boa parte das vezes, esses homens e mulheres preocupados, exclusivamente, em concretizar suas inclinações, precisariam ser forçados a provar do amor, dos sentimentos provocados pela sua atmosfera, para assumir, então, o modo de ser amoroso.

Restava oferecer lições úteis e, a um só tempo, preparar esquemas textuais repletos de totalidades articuladoras capazes de emocionar, de forçar os homens à assunção do amor e de viabilizar, daí por diante, a própria concretização do que seria útil a todos. Em outras palavras, a revista Niterói disponibilizava lições úteis, bem-definidas, e isto, especialmente, através de seus artigos sobre astronomia, química, física e economia política, lições fundadas em enunciados científicos minuciosamente construídos, incapazes, por vezes, de colher a atenção dos seus leitores, incapaz de convencê-los a levá-las a cabo. Por outro lado, os redatores da Revista se preocuparam em construir enunciados que apelavam aos sentidos, sobretudo nos textos dedicados à poesia, à música, à história e à filosofia, provocando os seus leitores a experimentar totalidades articuladoras, essas sim capazes de emocionar, de sensibilizar, e de convencer seus leitores à assunção do modo de ser do amor, assunção fundamental ao próprio acolhimento e realização das lições úteis. Ao fim, quanto mais bem-definidas fossem as totalidades articuladoras em jogo, mais elas cobrariam do público leitor paciência, dedicação e boa-vontade, e o que é mais significativo, paciência para com uma argumentação fundada em um modo de ser antípoda ao seu. Para os companheiros, essa cobrança não poderia ser restituída por um público determinado pelo egoísmo, o que significa dizer, por um público pouco dado a sentimentos como a paciência, a dedicação e a boa-vontade, em especial quando o tema em questão era a superação de seu próprio modo de ser, ou ainda, a negação de suas inclinações. Por isto

mesmo, seria fundamental corrigir pelos sentidos, emocionando o leitor através de esquemas textuais preenchidos de totalidades articuladoras capazes de oferecer sentimentos como amor, orgulho, pertencimento, confiança e coragem, sentimentos que, em última instância, satisfariam e provocariam os homens e mulheres que compunham a *boa sociedade* a adotarem o imperativo do amor, a concretizarem, enfim, as lições úteis fornecidas pela Niterói.

Magalhães segue desdobrando a totalidade - espírito do povo, e isto orientado pelo objetivo de provocar seu leitor, sempre uma vez mais, a emocionar-se e a agir e pensar conforme valores amorosos, levando a cabo as lições disponibilizadas pela Revista. Afirma que esse espírito, evidenciado pela literatura, que deveria obnubilar nos indivíduos as suas inclinações e as suas historicidades múltiplas, não seria algo contra o qual se devesse digladiar, ao contrário, era o que havia de mais “sublime”, de mais “belo”, constituiria, enfim, o que era mais adequado, pois seria “o quadro animado das virtudes”, e virtude, aqui, deve ser compreendida como sendo um conjunto essencial de sentidos (idéias, valores e costumes) consonantes às necessidades oferecidas pelo espaço “Brasil” em qualquer coordenada espaço-temporal.

No ato mesmo de exercitar esse espírito, ou seja, de evidenciar determinados sentidos, a literatura iria aperfeiçoando, progressivamente, a “inteligência” de um povo, oferecendo ao povo a consonância necessária com o próprio real, ou seja, a sabedoria necessária para reconhecer o que deveria ser aprendido e concretizado por todos os “Brasileiros”, e isto em qualquer coordenada espaço-temporal. Entretanto, o objetivo de sensibilizar os leitores através de totalidades articuladoras é tão significativo, que Magalhães radicaliza sua estratégia e evidencia um espírito do povo vigorosíssimo, e isto, o que é curioso, em prejuízo da própria literatura. Acompanhem as duas próximas citações.

Mas existe no homem um instinto oculto, que, em despeito dos cálculos da educação, o dirige; e de tal modo este instinto aguilha o homem, que em seus atos imprime um certo caráter de necessidade, a que nós chamamos ordem, ou natureza das coisas. O homem colocado diante de um vasto mar, ou no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e emaranhada floresta, certo, não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspirações, como se ele assistisse aos olímpicos jogos, ou na pacífica Arcádia habitasse. (Magalhães, 1978: p. 147-148)

E continua mais adiante:

Tão geralmente conhecida é hoje esta verdade, que a disposição e caráter de um país a mais decisiva influência exerce sobre o físico e moral de seus habitantes, que nós a passamos como um princípio e cremos inútil insistir em demonstrá-la com argumentos e fatos por tantos naturalistas e filósofos apresentados. Aí estão Buffon e Montesquieu, que assaz a demonstram (Magalhães, 1978: p. 153).

Magalhães afirma que, independentemente de qualquer “educação”, independente da própria literatura, haveria algo de mais radical no sentido de orientar as ações dos “Brasileiros”, uma espécie de unidade articuladora transcendental de suas ações e reflexões, uma unidade capaz de colocá-los, necessariamente, em acordo com a natureza física, e, por conseguinte, em acordo entre si. O que o literato sublinha, seguindo sua estratégia “sedutora”, é que haveria uma espécie de conjunto de condições particulares - condições ligadas diretamente à natureza “brasileira” - tão vigoroso que produziria e ofereceria, autônoma e necessariamente, um conjunto específico de sentidos necessários a certo tipo de gente para a lida adequada entre si, e, também, em relação à própria natureza física. Aqui o autor anota que o espírito do povo teria sua origem nas condições naturais e que seria irresistível. Ou melhor, Magalhães afirma que a natureza “brasileira” seria tão vigorosa, e, por conseguinte seu espírito, o espírito do povo, que, independente de qualquer trama historial, da ação do homem, inclusive a do literato, determinados sentidos fundamentais como o amor sempre já se salientariam e orientariam os homens no interior do que chamavam de Brasil. Assim, Magalhães radicaliza seu projeto de naturalização, ou de essencialização se preferirmos, da própria identidade nacional.

O que Magalhães está aprofundando, aqui, em última instância, é sua estratégia para a sensibilização dos homens e mulheres que compunham a *boa sociedade*, e isto em função de dois motivos, a saber: 1- porque oferece uma unidade articuladora vigorosa e irresistível – o espírito do povo -, o que a torna ainda mais sedutora, mas competente no sentido de provocar a experiência de sentimentos como o amor, o orgulho, o pertencimento, a confiança e a coragem e, por conseguinte, mais apta à provocação da assunção do modo de ser do amor e 2- porque faz com que a totalidade articuladora em jogo ganhe a condição de horizonte transcendental, ou seja, faz com que o ente espírito do povo - e, por extensão, as totalidades “Brasileiro”, nação e pátria -, seja compreendido como condição de

possibilidade, como um conjunto de sentidos metafísicos que sempre já se faz presente e orientador, tornando-se ele mesmo inapreensível, anterior a sua própria enunciação (ou definição); condição que acaba tornando essa totalidade indeterminável e, a um só tempo, incriticável. Aqui fala um Magalhães otimista, orientado pelo ideal schilleriano de sensibilização pela arte, e ainda crente na concepção schellinguiana de que a vida se realiza de forma linear e progressiva de forma necessária, a despeito do homem e de seu saber e, ao fim e ao cabo, a despeito da própria literatura. Aliás, o homem seria, aí, apenas uma espécie de ente capaz de evidenciar, enquanto consciência, a evolução necessária da vida^{xviii}.

Neste sentido, algo mais merece ser sublinhado, trata-se da estratégia de Magalhães para explicitar isto mesmo que é a independência e o apriorismo da natureza “Brasil” em relação à cultura, em relação às tramas humanas. Magalhães não explicita suficientemente esta natureza à qual se refere, fala rapidamente de um “vasto mar”, de “altas montanhas” e de uma “virgem e emaranhada floresta”, longe da tarefa de *cartografia* do “Brasil”, fundamental à época^{xix}. Não determina exaustivamente o espaço “Brasil”, não confere a ele uma fisionomia bem delimitada e própria em relação a outros espaços, mas intensifica seu trabalho de naturalização da totalidade Brasil, e isto através da ontologização que realiza do espírito do povo, o que equivale a dizer aqui e a essa altura, que intensifica seu projeto de naturalização da “pátria” e, por conseguinte, da “nação brasileira”. Magalhães faz com que o “Brasil” e a identidade “brasileira” apareçam como entes originários e indetermináveis, o que acabava por inibir quaisquer críticas e questionamentos acerca de sua própria existência, e isto, anotamos ainda uma vez mais, com o objetivo de resguardar as totalidades articuladoras em jogo, tornando-as robustas e irresistíveis, ideais à provocação dos homens e mulheres da *boa sociedade* à assunção do modo de ser do amor e à execução das lições práticas e bem determinadas oferecidas pela Revista. Ainda mais, insistindo em sua estratégia de naturalização por indeterminação do “Brasil” e da “pátria” o autor sobrepõe a noção de natureza física à de “país” e a de “país”, por sua vez, à de “Brasil” (à de “pátria”), e isto como se todo o país “Brasil” fosse uma só natureza física, um território contíguo e unificado bem delimitado e preenchido por um único “povo”.

Magalhães significa o conceito “país” como natureza física, sobrepondo-o à noção de “pátria”, e sublinha que a natureza física, o “país”, determina toda e qualquer realização de

sentidos adequados e necessários à boa-existência no interior do “Brasil”, e isto a partir de uma espécie de livre associação que realiza entre o discurso científico de cientistas europeus e suas reflexões. O que está colocado é que o “Brasil” seria um âmbito determinado por entes específicos, a saber: o “vasto mar”, as “altas montanhas” e “uma virgem e emaranhada floresta”, por tais entes e pelos sentidos (possibilidades e limites) oferecidos, *a priori*, por eles. Aqui, o autor começa a determinar uma tese, a saber, a de que o “Brasil” seria um “país”, ou melhor, uma natureza física particular que determinaria a todos os seus habitantes, quisessem ou não, e que a literatura seria apenas a evidenciação tardia dos sentidos oferecidos e concretizados por essa natureza, a despeito, inclusive, dos “brasileiros”, conjunto de sentidos que podemos compreender como o espírito do povo.

O que Magalhães não faz, aqui, todavia, é explicitar exaustivamente essa natureza física, mostrando predicados que realmente lhe confirmam uma determinação específica, predicados menos gerais do que os que lemos acima, bem como faz uso da argumentação de Buffon e de Montesquieu, utilizando suas assinaturas, sem fazer referências detalhadas^{xx}. E isto, vale sublinhar, não porque fora incompetente, porque à sua época tal procedimento detalhado não fora comum, ou ainda porque estivesse mal-intencionado, mas porque esse era justamente seu método (sua estratégia), a saber, a construção e disponibilização, sub-reptícia, de unidades articuladoras vigorosas, irresistíveis e indeterminadas capazes de emocionar e de provocar a experiência do amor e, por conseguinte, a realização de lições úteis. O Magalhães que nos interessa, neste momento, segue preocupado em provocar a civilização de homens e mulheres egoístas, ou seja, de forçar a assunção do modo de ser do amor, através da emoção, da manipulação dos sentidos, oferecendo totalidades articuladoras sedutoras marcadas pela condição transcendental, o que é o mesmo que dizer, sedutoras porque seriam vigorosas e irresistíveis e, também, porque seriam incriticáveis.

2.2.2. A literatura como instrumento civilizador e como expressão da desilusão

Recomeçamos a partir de uma breve anotação, a saber: o otimismo de Magalhães que analisamos até aqui sede espaço a certo pessimismo, o que significa dizer a uma postura

que reconhecia dificuldades significativas à concretização de seu projeto civilizacional. Cedo Magalhães reabilita a literatura e afasta-se da crença numa realidade que se auto-engendra, num sentido linear e progressivo, e isto a despeito da ação humana. O que acompanharemos, daqui por diante, é a tensão irreconciliável apresentada pelo discurso de Magalhães, tensão que faz-nos ver tristeza e desilusão profundas por um a lado e, por outro, otimismo e esperança^{xxi}.

A literatura aparece, novamente, no discurso de Magalhães como saber capaz de organizar e trazer à tona o que é verdadeiro, ou melhor, as necessidades e os sentidos oferecidos pelo real, pela natureza física, evidenciando, assim, as idéias e costumes, que precisavam ser concretizados pelos “brasileiros”, e isto em nome do progresso moral e material da “pátria”, de todos. Ela acaba tornando-se um repositório dos sentidos que os seus “concidadãos” deveriam realizar, repositório preenchido por imagens e exemplos virtuosos, ou seja, exemplos adequados às condições de possibilidade do próprio espaço “Brasil”. Um repertório que deveria ser disponibilizado para que os homens e mulheres da *boa sociedade* pudessem se orientar aqui e ali, especialmente em casos de emergência, ou melhor, em casos nos quais os sentidos fundamentais próprios ao “país” estivessem caindo em esquecimento.

E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças e costumes, a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade; sua voz como um eco imortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujo heróis eu só conheço; vós porém, se pretendeis conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi. (Magalhães, 1978: p. 132)

A literatura seria o único repositório capaz de evidenciar as condutas corretas para o progresso da “pátria” ou da “nação” se quisermos, ela seria extemporânea, teria o poder de ir para além de seu tempo, se necessário fosse, e isto porque se a ordem e a estabilidade sociais estivessem em risco “a literatura escapa(ria) aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo”. A literatura deveria evidenciar sentidos adequados à vida no espaço “Brasil”, precisava mostrar as “crenças”, “costumes” e

“instituições” necessárias ao êxito de qualquer civilização no interior do “Brasil”, uma missão que precisava ser cumprida com urgência, pois aqueles tempos seriam marcados pelo esquecimento radical de tais sentidos. Magalhães e seus companheiros denunciavam, através da Niterói, uma espécie de tempo de indigência, de decadência, tempo que precisava do renascimento da literatura, literatura capaz de orientar os “brasileiros”, corrigindo uma espécie de conjunto de hábitos inadequados às necessidades imputadas pelo “país”, hábitos fundados em um modo de ser alienígena, legado pelos colonizadores portugueses, modo de ser determinado pelo egoísmo, vale lembrar. Magalhães recorre à literatura, buscando nela a aliada ideal à organização e à evidência do espírito do povo, mas a um aspecto específico dela, a saber, a poesia, a história da poesia para sermos mais exatos^{xxii}.

Magalhães já havia grifado que a literatura teria uma dupla função, a saber, a de evidenciar sentidos a-históricos concretizados de maneira heróica ao longo do passado, sentidos esses sempre necessários à existência humana em determinado espaço físico – o “Brasil”, mas não apenas essa função cabe lembrar, não só essa como também o próprio ofício de “desenvolver” tais sentidos, ou seja, de permanecer atenta, auscultando o que a natureza física segredava, ainda uma vez mais, de forma inédita^{xxiii}. Todavia, na última citação anotada, apenas a primeira função da literatura fora evidenciada - a função de cuidar do passado, âmbito ideal ao qual seria possível recolher sentidos a-históricos (metafísicos) essenciais à vida em qualquer coordenada espaço-temporal no interior do “Brasil”. Nesse movimento de tornar o passado protagonista, e isto em detrimento do presente, Magalhães se dedica à investigação e à construção da história da poesia do “Brasil”. Mas por que Magalhães se dedicara com tamanho empenho ao passado, e isto a ponto de largar de mão uma das funções da literatura, a de acompanhar, evidenciando, as novas concreções do espírito do povo?

O que está em jogo aqui é a dedicação de Magalhães em investigar o passado do “Brasil”, ou ainda, sua poesia, e isto porque ela seria lugar privilegiado no interior do qual idéias e costumes adequados, já concretizados, poderiam ser recolhidos e evidenciados^{xxiv}. Magalhães se esforça no sentido de investigar o passado, através da história da poesia “brasileira”, e de fazê-lo vigorar no presente, esquecendo, com isso, a segunda função da literatura, a de ser âmbito ideal às novas concreções do espírito do povo, e isto justo porque

o presente estaria em uma situação de emergência tão radical, em indignação como já observamos, que seria incapaz de se constituir como âmbito adequado à concretização do espírito do povo, e o autor precisava, por sua vez, retornar ao passado para colher alguns exemplos fundamentais ao amadurecimento do presente, exemplos necessários à reconquista da possibilidade de prosperar^{xxv}.

Magalhães se arrisca, então, à investigação do passado para desvelar as concreções do espírito do povo “brasileiro”, ou ainda, os sentidos adequados que foram realizados aqui e ali, e o faz muito bem, tão bem que se vê enredado a certa conclusão que não projetava de início, a saber, a de que o modo de ser egoísta, legado pelo colonizador, fora de tal modo devastador, que talvez tenha se essencializado, soterrando assim o próprio espírito do povo “brasileiro”, impedindo-o de vigorar. Magalhães investiga o passado para colher exemplos úteis à cura do presente, e isto orientado por sua compreensão teleológica da história, ou melhor, por sua compreensão de que o espírito do povo havia se concretizado de forma progressiva. Mas o que acaba descobrindo é a força do modo de ser egoísta oferecido pelo colonizador. Então se apavora e volta a olhar para seu próprio presente, e este aparece, também, como âmbito determinado pelo egoísmo, tempos de indignação. Sua atitude imediata é a de buscar compreender o que havia acontecido com o espírito do povo, força que considerava irresistível, transcendental, como vimos. Dedicar-se ao passado para responder à sua perplexidade e para forçar o aparecimento de alguma lógica que pudesse revigorar sua compreensão teleológica da história.

Descobre, entretanto, em meio à sua investigação do passado, em seu estudo sobre a poesia colonial, que aqueles poetas que cria, de início, terem evidenciado o espírito do povo brasileiro original forçando, com isso, a concretização de idéias e costumes adequados, talvez não tivessem, nem eles, sido tão radicais, talvez não tivessem concretizado o espírito do povo, terminando encobertos, ao fim, pelo modo de ser egoísta. Aí Magalhães enfrenta seu primeiro embaraço, sua primeira e mais radical decepção, aí, em meio à investigação empírica que pretendia colher exemplos virtuosos ao passado e, a um só tempo, fazer comprovar sua compreensão teleológica de que o espírito do povo brasileiro sempre teria vigido, e isto de maneira progressiva, justo em meio à história, investigação que obedecia a uma espécie de cuidado pela verdade, o crítico conquistava certa tristeza e decepção. Evidenciamos que a intenção inicial de Magalhães era a de investigar o passado da

literatura brasileira, em especial da poesia, e isto com o intuito de demonstrar a força do espírito do povo, espírito que apareceria, aqui e ali, a despeito da exploração colonial e da vigência do *ethos* egoísta, buscando colher a ele alguns sentidos úteis à reabilitação de seu presente. No entanto, a investigação que o autor realiza parece provar o exato oposto e provoca, assim, uma espécie de quebra de atmosfera que traz consigo a desilusão e a desconfiança acerca da própria viabilidade da consecução de seu projeto^{xxvi}.

Magalhães recorre à história para investigar os sentidos necessários à reabilitação do Império do Brasil, no entanto, na medida mesmo em que persiste vai se embaraçando, e isto porque entrevê a força que o modo de ser egoísta teria conquistado, diferentemente do que compreendia de início, a saber, que a história do “Brasil” seria a história da concretização do espírito do povo, ou ainda, do amor, da liberdade e do progresso se preferirmos. Torna-se necessário, aqui, retomarmos a última citação e evidenciar o que chamamos de historicização do espírito do povo, dos sentidos essenciais (atemporais) que o autor realiza.

Dizendo ainda em outras palavras, é como se sentidos universais ganhassem, no texto de Magalhães, o selo de tardios, de fenômenos referentes a este ou aquele tempo “heróico”, de fenômenos tributários a uma – “(...) tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da terra (no qual) um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujos heróis eu só conheço; vós porém, se pretendeis conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi” (Grifo nosso). Magalhães imprime um tom nostálgico a sua escritura, e trata determinados momentos do passado como uma espécie de paraíso no interior do qual os sentidos universais puderam ser realizados, tempos repletos de “heróis”, vale anotar^{xxvii}. E isto em função do descrédito para com seu tempo, tempos de indignância, sem “heróis”, povoado por homens egoístas, contexto em tudo desfavorável à concretização do que deveria ser (o espírito do povo). Enfim, a literatura passaria a ter a missão de representar os sentidos que vigoraram no interior dessa ou daquela “geração”, a missão de representar estas ou aquelas “instituições”, “crenças” e “costumes”, e aguardar que um tempo em tudo indigente pudesse, por uma espécie de milagre, concretizar os sentidos adequados ao progresso do “Brasil”.

O que está em questão aqui é uma espécie de reconhecimento de que determinados sentidos universais só poderiam ser evidenciados e realizados no interior de uma coordenada espaço-temporal propícia, cabendo à literatura a função de lembrar esses

sentidos universais, e isto com a esperança de que seu tempo se tornasse um desses espaços ideais. Aqui, no entanto, resta-nos uma constatação, a de que alguns espaços no passado aparecem como lugar especial, ideal à realização do espírito do povo, ou ainda, à concretização de sentidos adequados à existência no “Brasil”, e o presente, pelo contrário, seria um âmbito no interior do qual os homens estariam realizando sentidos inadequados (egoístas), responsáveis, ao fim, pela decadência do Império. O que insiste em aparecer é uma relação de necessidade entre a realização de sentidos atemporais, sentidos próprios ao espírito do povo, por um lado, e determinado tempo, determinados homens, por outro. Enfim, a concretização do espírito do povo passa a aparecer como dependente da ação dos homens, de tipos heróicos que estariam em falta em seu presente, tempos de indignação, de concretização máxima do modo de ser do egoísmo.

Arriscando mais um passo, perguntamos, então, pela força obnubiladora (ontológica) que possuíra a natureza física no texto de Magalhães, pela força irresistível do “país” “Brasil” e, por conseguinte, do “espírito do povo”. É nossa tarefa, aqui, perguntar pelo paradeiro dessa força que aparecia como um “instinto”, e que “dirigia”, a “despeito” de quaisquer outros sentidos, os homens que experimentavam a natureza “Brasil”. O que passa a ocupar lugar de destaque no texto de Magalhães é esta ou aquela civilização, determinados “costumes”, “hábitos” e “instituições”, sentidos próprios a este ou àquele povo “heróico”. Aqui, o literato se preocupa em resguardar valores adequados que, por mais que fossem oferecidos pela natureza física, pelo espírito do povo, necessitavam de homens fortes, de “heróis” capazes de sustentá-los, de levá-los a cabo. Sendo ainda mais claro, parece que estes sentidos doados pela natureza física, pelo espírito do povo se quisermos, não eram tão determinantes quanto pareciam numa primeira visada.

Algo estranho parece estar em jogo aqui, e isto porque num primeiro momento a literatura tratava de descrever os sentidos atemporais e arrebatadores oferecidos pela natureza, sentidos que iam se concretizando, que iam se temporalizando autonomamente e, no entanto, num segundo momento, a literatura contrai a missão de evidenciar os sentidos constituídos no interior de um determinado povo, numa dada coordenada espaço-temporal, no interior de “instituições”, de “crenças” e de “costumes” bem determinados. O que está em evidência, porém, não é tão estranho assim, pois se trata de um deslocamento no próprio estatuto da natureza física e do espírito do povo, deslocamento que aparece no interior de

uma atmosfera pessimista. A natureza física, o país mesmo e, por conseguinte, o espírito do povo, aparece como sendo uma entidade mais modesta no que tange ao seu poder de convencimento e orientação. A natureza e o espírito do povo necessitariam, então, de uma comunidade compreensiva que se dedicasse à sua concretização.

Magalhães percebia que o espírito do povo não se concretizara autonomamente e, por conseguinte, o autor precisava resguardar os poucos lugares privilegiados, exemplares, no interior dos quais o espírito do povo evidenciara-se, e isto para que o presente pudesse ser, ainda, devidamente orientado. Se bem o espírito do povo não reunira forças para se temporalizar imediatamente (autonomamente), ao menos sua concretização ainda poderia ser restabelecida a partir da ausculta atenta de determinados passados. Magalhães resguardara, assim, em meio à atividade de historiador, a esperança e o otimismo que aguardavam por dias melhores. Em outras palavras, se por um lado descobre que o espírito do povo não se concretizara imediatamente, e esta era a razão mais adequada à explicação da indigência de seu tempo e de outras épocas, tempos em tudo afastados do que deveria ser (do espírito do povo), por outro lado, no entanto, Magalhães entrevê que o espírito do povo poderia ser realizado a partir da literatura e da ação de determinados homens heróicos. Não obstante, o autor também resguarda seu pessimismo e tristeza, e isto porque não pode esquecer que o seu tempo era constituído por homens especialmente egoístas, avessos à concretização do espírito do povo. Magalhães caminhava para um embaraço ainda mais significativo.

O que aparece neste momento do texto pode ser compreendido através de uma determinada chave explicativa, a saber, a idéia de que Magalhães e seus companheiros eram acometidos, aqui e ali, por uma desilusão significativa, desilusão que necessitava deles uma determinada explicação para o insucesso daquilo mesmo que, *a priori*, não poderia falhar – a natureza física, o “país”, ou ainda, o espírito do povo se quisermos. Como resultado, acompanhamos um deslocamento sensível que vai de uma compreensão determinista acerca da relação entre natureza física (e espírito do povo) e homem, para uma outra compreensão, essa relativa, relativa porque entrevia o homem como elemento fundamental à realização dos sentidos oferecidos pela natureza física, pelo espírito do povo. Ou seja, a obnubilação irresistível, que testemunhamos acima, perde força e começa a aparecer como uma espécie de voz no máximo vigorosa, voz que precisaria, no entanto, da

atenção e do assentimento dos homens e mulheres da *boa sociedade* para ser realizada propriamente. Enfim, o “Brasil” passaria a depender de homens e mulheres em tudo egoístas, vale lembrar^{xxviii}. Magalhães encontrava explicação para seu espanto inicial, o espanto de que o espírito do povo havia sido obstacularizado, impedido de se realizar. O autor acaba encontrando uma lógica, uma explicação para isso que parece, num primeiro momento, absurdo e aterrador, a saber, o soterramento do espírito do povo pelo modo de ser do egoísmo. A explicação que encontra é a de que o espírito do povo precisava da literatura e de heróis para se concretizar, e reencontra a esperança e o otimismo para continuar seu projeto de civilização do Império, mas, a um só tempo, resguarda a sua desconfiança e pessimismo acerca do futuro do “Brasil”, e isto porque descobre que o espírito do povo passava a depender de heróis, de homens amorosos, num tempo de indignância.

A literatura aparece como exemplar, ela ofereceria lições necessárias à redenção de todo um “país”, na melhor tradição romana - *magistra vitae*, entretanto, não deixava de estar submetida à força dos homens, de homens que provocariam transformações capazes de fazer desaparecer “instituições”, “crenças” e “costumes”, por mais radicais que elas fossem, configurando, assim, novos sentidos e hábitos. E tudo o que a literatura poderia fazer, percebiam e anotavam os companheiros de Revista, era continuar representando “sombras” de culturas e heróis já mortos, uma espécie de espelho de virtudes esquecidas, desarticuladas em relação aos novos tempos, e isto de uma vez por todas, talvez.

Acompanhamos, assim, a abertura de uma espécie de embaraço que Magalhães e seus companheiros passariam a enfrentar, qual seja, por um lado compreendiam a literatura como sendo o âmbito responsável pelo resguardo e evidenciação de sentidos originários, atemporais, fundamentais ao bom-êxito de qualquer civilização que se instalasse no espaço “Brasil”, por outro lado, no entanto, entendiam que a concretização de tais valores dependia desta ou daquela sociedade, destes ou daqueles homens. Dizendo de outra forma, entendiam que a sociedade imperial estaria em tudo doente, ou seja, desarticulada em relação àquilo mesmo que deveria ser, e, mais, que a literatura deveria educar os homens e mulheres que compunham a *boa sociedade*. No entanto, algo de estranho aturde os companheiros, a constatação de que esta educação dependeria, necessariamente, de uma espécie de boa-vontade daqueles mesmos que eram em tudo egoístas, ou ainda, avessos aos

valores originários que os redatores da Revista propunham. O que está em questão aqui é a compreensão de que o próprio mundo, o Império do Brasil neste caso, seria resultado da ação humana, o que significa dizer resultado da ação de entes essencialmente imperfeitos e que poderiam ou não realizar os sentidos adequados ao progresso. Ou seja, como já percebemos ao longo do primeiro capítulo, a própria ação civilizadora de Magalhães e de seus companheiros era orientada por uma percepção incômoda, o sentimento de que o Império do Brasil estaria exposto à “imobilidade” ou à decadência, e isto porque ele seria, ao fim e ao cabo, uma construção assinada por homens egoístas. Sentimento que, vale anotar, ia se tornando cada vez mais robusto, na medida mesmo em que os companheiros criam que a Revista e seu projeto iam sendo preteridos pelos “brasileiros”.

Magalhães entendia viver numa realidade traiçoeira a seus projetos, algo que o fazia desconfiar do bom-termo de seus planos. Ao fim, segundo o autor, os poetas acabavam, em função de tantos reveses, cantando seus bardos de maneira desinteressada, descrentes da possibilidade mesma de civilizarem o Império do Brasil. Sem reconhecimento algum, tratados como loucos, “maníacos”, desanimavam em relação à missão de civilizar o Império e iam se tornando apáticos, indolentes e desinteressados. Nesse âmbito, a poesia perdia-se daquilo mesmo que deveria ser, de sua missão - instrumento para a civilização, para a instauração do modo de se do amor. Os poetas passavam a compor, tão somente, por necessidade subjetiva, apenas “por desafogo do coração”, por pura “necessidade de cantar”. Poetavam caso contrário morreriam e nada para além, senão acompanhemos:

Se refletirmos, veremos que não são poucos os escritores para um país que foi colônia portuguesa, para um país no qual ainda hoje o trabalho dos Literatos, longe de assegurar-lhes, com a glória, uma independência individual, e um título de mais, ao contrário parece desmerecê-los, e desviá-los da liga dos homens *positivos*, que desdenhosos dizem: é um Poeta: sem distinguir se apenas é um trovista, ou um homem de gênio; como se dissessem: Eis aí um ocioso, um parasita, que não pertence a este mundo; deixai-o na sua mania. Aí canta o Vate por mera inspiração celeste, por esta necessidade de cantar, para dar um desafogo ao seu coração. (Magalhães, 1978: p.143)

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**. Reflections on the origin and spread of nationalism. Londres/Nova York: Verso, 1991.

- ARAUJO, Valdeí Lopes de. **A Experiência do Tempo**. Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.
- BARBOSA, Ricardo. **A Formação pela Ciência**. Schelling e a idéia de universidade. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.
- _____. **Schiller e a Cultura Estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BENJAMIN, Walter. **O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão**. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Vol. 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.
- CHATEAUBRIAND. **O Gênio do Cristianismo**. 2º volume. Trad. Camilo Castelo Branco. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc, 1960.
- COSTA LIMA, Luiz. **Limites da voz**: Montaigne, Schlegel. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- COUSIN, Victor. De la philosophie de l'histoire. In: **Philosophie des sciences historiques**. Le moment romantique. GAUCHET, Marcel. (Org.). Paris: Éditions Du Seuil, 2002.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: **O Brasil Imperial**. Vol. II. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- DOYLE, Plínio. Introdução. Niterói, Revista Brasiliense. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Ciências, Letras e Artes. Tudo pelo Brasil e para o Brasil. Tomo primeiro, nº 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836).
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. **Brasileiros no Instituto Histórico de Paris**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura. Comissão de Literatura, 1970.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: **Livros de Fontes de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nação e Nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Trad. Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KANT, Immanuel. **Idéia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita**. Trad. Rodrigo Naves; Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986. Edição bilíngüe.

_____. Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? (*Aufklärung*). In: **Textos Seletos**. Trad. Raimundo Vier; Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **L’expérience de l’histoire**. Paris: Gallimard, 1997.

_____. **Los estratos del tiempo**: estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós, 2001.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de; PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo; TORRES HOMEM, Francisco de Sales. Ao Leitor. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Ciências, Letras e Artes. Tudo pelo Brasil e para o Brasil. Tomo primeiro, nº 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836).

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Bibliografia. A Liberdade das Repúblicas, Pelo senhor deputado Montezuma. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Ciências, Letras e Artes. Tudo pelo Brasil e para o Brasil. Tomo primeiro, nº 2. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836).

_____. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Ciências, Letras e Artes. Tudo pelo Brasil e para o Brasil. Tomo primeiro, nº 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836).

MATTOS, Ilmar Rohllof de. Transmigrar – Nove notas a propósito do Império do Brasil. In: **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX**. PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. O gigante e o espelho. In: **O Brasil Imperial**. Vol. II. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

OLIVEIRA, Bernardo Barros Coelho. **Olhar e Narrativa**. Leituras Benjaminianas. Vitória: EDUFES, 2006.

PAMPLONA, Marco A. NAÇÃO. In: **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. JÚNIOR, João Feres (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PEREIRA, Luisa Rauter. POVO/POVOS. In: **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. JÚNIOR, João Feres (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SALIBA, Elias Thomé. **As Utopias Românticas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SCHILLER. **A Educação Estética do Homem**. Trad. Roberto Schwarz; Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002.

_____. **Cultura Estética e Liberdade**. Trad. Ricardo Barbosa. São Paulo: Hedra, 2009.

SÛSSEKIND, Flora. **O Brasil Não é Longe Daqui**. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ⁱ A apresentação da Revista Niterói, intitulada – “Ao Leitor”, não fora paginada, por isto as citações que se seguem informam, apenas, os autores e a data.

ⁱⁱ Os redatores da revista Niterói são: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-alegre e Francisco de Sales Torres Homem. Segundo Plínio Doyle, em sua introdução à edição fac-similada da revista Niterói, editada pela Academia Paulista de Letras em 1978, poderia existir um quarto redator, que, por sua vez, poderia ser Eugene Garay de Monglave, como diz sublinhar Sacramento Blake, ou ainda, Cândido M. de Azeredo Coutinho, que colaborara com alguns artigos. No entanto, o próprio autor afirma, no final de seu texto, que a hipótese de um quarto redator aparece graças a um “engano” cometido por Monglave ao afirmar que: “Des quatre rédacteurs de cette première livraison, trois appartiennent à l’ Institut Historique, MM. Torres Homem, de Magalhaens et Araújo Porto-Alegre” (Doyle, 1978). Sem paginação.

ⁱⁱⁱ A *boa sociedade* significa, conforme Ilmar Rohloff de Mattos: “(...) aqueles que eram livres, proprietários de escravos e representados como brancos”. (Mattos, 2010: p. 117)

^{iv} “Ao princípio cantava-se para louvar a beleza, a virtude e seus amores; cantava ainda para adoçar as amarguras d’alma [o que chama de trova]; e tanto que a idéia de Pátria apareceu aos Poetas, começaram eles a invocá-la para objeto de seus cânticos” (Magalhães, 1978: p. 143).

Oferecemos, também, uma versão encurtada do que significa a literatura no interior da Niterói, e isto com o objetivo de auxiliar a leitura das páginas que se seguem, até que possamos discutir esse tema mais propriamente. A literatura deve ser compreendida como um exercício do pensamento dedicado à evidenciação e intensificação da verdade, ou, se preferirmos, dos sentidos e valores adequados ao bem comum, ao bem de todos ou ainda ao bem da “pátria”, e isto no interior de um espaço físico específico – o “Brasil”. A literatura seria, então, todo pensamento capaz de evidenciar o espírito do povo brasileiro, ou ainda, o conjunto de sentidos, hábitos e costumes fundamentais à vida no “Brasil”, espírito que cumpria sua lógica de desvelamento progressivo e ilimitado. Quando anotamos todo o pensamento estamos nos referindo à história, à filosofia, à poesia, à química e à física, à pintura e à música, à astronomia e à economia política.

Sobre a evidenciação do movimento progressivo do espírito do povo, segundo Valdeí Lopes de Araújo: “Transformada em processo, a literatura assume o papel de horizonte de totalidade, como a dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. Através dela a história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado é a nação” (Araújo, 2008: p. 121)

^v *Espaço público*, aqui, significa um âmbito no interior do qual os mais diferentes temas, entre eles o Estado, a moralidade e a religião são criticados e discutidos, e isto a partir da premissa de que todos os que dele participam são livres, orientados pela medida da verdade. Esse conceito torna-se possível a partir de Immanuel Kant e seu texto – Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento’?, publicado em 1783 - e torna-se princípio de determinação no interior do Iluminismo e do próprio Romantismo, no século XIX. *Espaço público* é o próprio âmbito que se constitui a partir de um conjunto de “sábios” que, críticos na medida adequada, fazem uso do que Kant chamou de *uso público* da razão, senão acompanhemos: “Para este esclarecimento [Aufklärung], porém, nada mais exige senão *liberdade*. E a mais inofensiva entre tudo aquilo

que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um *uso público* de sua razão em todas as questões. Ouço, agora, porém, exclamar de todos os lados: *não raciocineis!* O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: *raciocinai*, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, *mas obedecei!*) Eis aqui por toda a parte a limitação da liberdade. Que limitação, porém, impede o esclarecimento [*Aufklärung*]? Qual não o impede, e até mesmo o favorece? Respondo: o *uso público* de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento [*Aufklärung*] entre os homens. O *uso privado* da razão pode, porém, muitas vezes ser muito estreitamente limitado, sem contudo por isso impedir notavelmente o progresso do esclarecimento [*Aufklärung*]. Entendo contudo sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto *sábio*, faz dela diante do grande público do *mundo letrado*. Denomino uso privado aquele que o sábio pode fazer de sua razão em um certo *cargo público* ou função a ele confiado (...) Em casos tais, não é sem dúvida permitido raciocinar, mas deve-se obedecer. Na medida, porém, em que esta parte da máquina se considera ao mesmo tempo membro de uma comunidade total, chegando até à sociedade constituída pelos cidadãos de todo o mundo, portanto na qualidade de sábio que se dirige a um público, por meio de obras escritas de acordo com seu próprio entendimento, pode certamente raciocinar, sem que por isso sofram os negócios a que ele está sujeito em parte como membro passivo”. (Kant, 2005: p. 65-6). Sobre a instauração disso que chamamos aqui de *espaço público*, ver, também, Koselleck (1999) e Habermas (2003).

^{vi} A compreensão de amor manipulada por Magalhães e por seus companheiros, a saber, querer o bem de todos, fora colhida junto à leitura de Chateaubriand, de seu “O gênio do Cristianismo”. Acompanhemos: “No tocante à caridade, filha de Jesus Cristo, quer dizer, ao pé da letra, *graça e júbilo* (...) Pela caridade nos ensina a maravilhosa verdade de que os homens se devem amar, porque assim o digamos, através de Deus, que espiritualiza o seu amor, e só lhes deixa a imortal essência, facultando-lhes a passagem”. (Chateaubriand, 1960: p. 60).

^{vii} Nossa análise visa a descrever e a compreender os critérios subjetivos elencados pelos redatores da Revista, em seu intuito de caracterizar o que chamam de nação brasileira e de civilizar o Império do Brasil. Esses critérios subjetivos são o “amor” e o “orgulho” pela “pátria”.

Já o que chamamos de critérios objetivos fundamentais à determinação de uma identidade nacional são, segundo Hobsbawm, a língua, a etnia, o território comum, traços culturais comuns e uma história comum. O único critério objetivo que analisamos ao longo do capítulo é o da história comum. Esta nossa análise do projeto nacional e civilizador de Magalhães, de Torres Homem, de Porto-alegre e de Pereira da Silva, através da revista Niterói, partindo da descrição e da compreensão de critérios subjetivos, bem como a própria possibilidade de estabelecimento de tais critérios é debitada a Hobsbawm (1998: p. 11-22).

^{viii} De acordo com Eric J. Hobsbawm, o ponto de determinação da nação moderna, ou seja, a condição de possibilidade para que a nação moderna se concretizasse fora a instauração de um sentimento de pertencimento fundado, por sua vez, na convicção de que a nação era fundamental à existência de todos – “(...) de que ela é, em alguns sentidos, fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para sua identificação individual (...)”. (Hobsbawm, 1998: p. 14)

Quanto à predicação dos termos “amor” e “orgulho”, remetemos ao Dicionário Moraes Silva (1813: p. 124 e 372).

^{ix} Como afirma Schiller: “A mais urgente necessidade da nossa época parece ser o enobrecimento dos sentimentos e a purificação ética da vontade, pois muito já foi feito pelo esclarecimento do entendimento. Não nos falta tanto em relação ao conhecimento da verdade e do direito quanto em relação à eficácia desse conhecimento para a determinação da vontade, não nos falta tanta *luz* quanto *calor*, tanta cultura filosófica quanto cultura estética. Considero esta última como o mais eficaz instrumento da formação do caráter e, ao mesmo tempo, como aquele que é inteiramente independente do estado político e que, portanto, deve ser mantido mesmo sem a ajuda do Estado”. (In: Barbosa. 2004: p. 28). Ver também Schiller (2002 e 2009).

^x Magalhães e seus companheiros se dedicaram à superação do modo de ser do egoísmo, e isto através da disponibilização de lições úteis e, a um só tempo, a partir da manipulação dos sentidos de seus leitores. As lições úteis eram oferecidas através de enunciados científicos e a manipulação dos sentidos resultava de um jogo retórico no interior do qual os companheiros de Revista evidenciavam imagens de totalidade (nação, pátria Brasileiro etc.) capazes de instaurar sentimentos como amor, orgulho, pertencimento, confiança e coragem. O que está em jogo aqui é a tarefa de caracterizar, evidenciar e de naturalizar uma identidade que não era efetivamente compartilhada e seguia sendo uma espécie de imagem restrita a determinados homens e mulheres comprometidos com a construção do Estado imperial a partir do Rio de Janeiro e de províncias contíguas. Aí, o esforço de Magalhães e de seus companheiros no sentido de assumir a tarefa de

caracterização, evidenciação e de naturalização da nação brasileira coincide com a *expansão para dentro* realizada a partir do Rio de Janeiro e de áreas contíguas. Melhor dizendo, Magalhães e seus companheiros participaram, à sua maneira - criticando a moralidade dos homens que compunham o Estado e a própria escravidão - da tarefa de construção de um lugar para a nação (Gonçalves, 2009), ou ainda, de seu processo de corporeificação, o que fora fundamental à construção do Estado imperial. Ilmar Rohloff de Mattos anota que a *expansão para dentro* se tratou do “papel da coroa na manutenção da ordem e na difusão da civilização, em uma experiência histórica na qual a um império correspondiam um único Estado, um território unificado e contíguo e uma nação (...)” (Mattos, 2009: p. 43).

E sobre a evidenciação e naturalização de um ente coletivo através de imagens de totalidade, o mesmo historiador afirma: “(...) a uma associação que era historicamente construída, buscava-se dar a aparência de natural. Se os novos cidadãos do novo Império do Brasil já não eram portugueses americanos, não deixavam de ser pernambucanos, bahienses, paulistas ou mineiros; todavia; não deviam ignorar que desde então, eram acima de tudo brasileiros. As identidades locais e regionais forjadas durante os trezentos anos da colonização portuguesa eram deslocadas em proveito de uma nova identidade, a ela articulando-se e subordinando-se como frações de uma mesma unidade”. (Mattos, 2010: p. 114)

^{xi} Os dicionários da época evidenciaram e intensificaram a redefinição do termo nação, termo que possuía em sua origem um significado étnico identificado à descendência ou à *gens*, e que conquistara, ao longo do século XIX, especialmente, um conteúdo político. O *Vocabulário Portuguez e Latino*, do padre Raphael Bluteau, publicado em 1716, registrava a significação étnica do termo, pois como podemos ler: “Nisso se diferencia nação de povo, porque nação compreende muitos povos, assim Beirões, Minhotos, Alentejões, & c. compõem a nação Portuguesa; Bávaros, Saxões, Suábios, Hamburguenses, Brandenbúrguenses, & c. compõem a nação Alemã; Castelhanos, Aragoneses, Andaluces, & c. compõem a nação Espanhola (In: Pamplona, 2009: p. 162). Já na 6ª edição do Dicionário Moraes Silva, publicada em 1858, o termo nação apresenta uma espécie de recunhagem semântica e, através de seu conteúdo político, articula e subordina inúmeras identidades étnicas evidenciadas por Bluteau como nações, senão vejamos: “**Nação**, s. f (do Lat. *Natio*) A gente de um país, ou região, que tem língua, leis, e governo à parte: v.g. a nação *Francesa, Espanhola, Portuguesa (...)*”. O Moraes Silva continua sua definição, agora junto a outro conceito, o de povo – “Nação, Povo. *Sin.* No sentido literal e primitivo. A palavra *nação* indica uma relação comum de nascimento, de origem; e *povo* uma relação de número, e de reunião. A *nação* é uma dilatada família; o *povo* é uma grande reunião de seres da mesma espécie. A *nação* consiste nos descendentes de um mesmo pai, e o *povo* na multidão de homens reunidos em um mesmo sítio. Em outra acepção a palavra *nação* compreende os naturais do país; e o *povo* todos os habitantes. Um *povo* estrangeiro que forma uma colônia em país longínquo continua ainda a ser Inglês, Português, Espanhol etc. é-o por *nação*, ou de origem. Diversos *povos* reunidos, ligados por diferentes relações comuns em um mesmo país, formam uma *nação*; e uma *nação* se divide em vários *povos*, diversos uns dos outros por diferenças locais e físicas, ou políticas e morais. A *nação* está intimamente unida ao país pela cultura, ela o possui; o *povo* está no país, ele o habita. A *nação* é o corpo dos cidadãos; o *povo* é a reunião dos reinícolas. Uma *nação* divide-se em muitas classes; o *povo* é uma delas; é a parte mais numerosa de que a *nação* é o todo” (In: Pamplona, 2009: p. 164-165). Para uma interpretação detida da semântica apresentada acima, ver Pamplona (2009: p. 163-166) e Pereira (2009).

^{xii} Sobre o termo espírito do povo, vale anotar que o próprio Magalhães utiliza-o, como podemos acompanhar: “E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças e costumes, a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade; sua voz como um eco imortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujo heróis eu só conheço; vós porém, se pretendeis conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi”. (Magalhães, 1978: p. 132)

^{xiii} No interior do texto de Magalhães, contar a história da literatura do Brasil é o mesmo que contar a história do Brasil, ou melhor, significa apresentar a evolução dos acontecimentos ao longo dos tempos no Brasil, e isto a partir de uma medida orientadora, a partir de sentidos como liberdade e independência, sentidos teológicos que fundam uma identidade ontológica que teria se desvelado progressivamente. Segundo Valdeci Lopes de Araújo: “No texto de Magalhães, a literatura assume funções que, na modernidade, seriam atributos característicos do conceito de história. Não dispondo ainda de um conceito de história que pudesse designar esse novo campo e experiência que se abre, *i.e.*, o do passado como desenvolvimento progressivo de uma identidade, Magalhães sobrecarrega o próprio conceito de literatura, que, além de designar a necessária

representação da realidade, passa a nominar a própria realidade expressa. Magalhães poderia então dizer que o homem age no mundo produzindo literatura”. (Araújo, 2008: p. 121)

^{xiv} Gonçalves de Magalhães logo revelara seu embaraço: “Através porém das espessas trevas em que estavam mergulhados os homens no novo continente, viram-se alguns gênios superiores brilhar de passagem, bem semelhantes a essas luzes errantes, que o peregrino investigador admira em solitária noite nos desertos do Brasil, sim, eles eram como os Pirilampos, que no meio das trevas fosfoream. E poder-se-á com razão acusar o Brasil de não ter produzido gênios de mais subido quilate? Mas que povo escravizado pode cantar com harmonia, quando o retinido das cadeias e o ardor das feridas sua existência torturam? Que colono feliz, inda com o peso sobre os ombros, e curvado para a terra, a voz ergueu no meio do Universo, e gravou seu nome nas páginas da memória? Quem, não tendo o conhecimento de sua própria existência e só de cenas de miséria rodeado, pôde soltar um riso de alegria e exalar o pensamento de sua individualidade? Não; as Ciências, a Poesia e as Artes, filhas da Liberdade, não são partilhas do escravo; Irmãs da glória, fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja, e só com a Liberdade habitar podem” (Magalhães, 1978: p. 143). Valdeí Lopes de Araújo percebeu a intenção de Magalhães em investigar o passado e em construir uma história da literatura do Brasil orientada pelo princípio da Liberdade. Segundo Valdeí Lopes de Araújo, a Independência política do Brasil em relação a Portugal fora responsável pelo estímulo de Magalhães e de seus companheiros, acontecimento experimentado como revolucionário, sendo considerado a própria assunção da liberdade, liberdade que passaria a ser a medida utilizada para se compor a própria história do Brasil, como podemos ler: “Com a abertura dessa nova época, também se revela o sentido de sua história, ou seja, a constituição de uma nova nação, de uma pátria [...] A escrita da história literária pode agora, a partir desse princípio básico orientador, estudar o passado e selecionar aqueles momentos constitutivos que apontavam para a Independência. Esse princípio orientador é o que difere o procedimento básico da história da literatura, ou seja, a seleção e valoração dos momentos constitutivos, da simples coleção de obras e nomes que empreendera Januário da Cunha Barboza na sua história literária”. (Araújo, 2008: p. 127-128)

No entanto, na medida em que investigava a história da literatura do Brasil Magalhães compreendia que a liberdade não havia se manifestado ao longo da colonização e mais, que ela não havia sido conquistada em 1822, e que precisava ser conquistada ainda em 1836, e isto porque o Império do Brasil ainda estava repleto de homens e mulheres egoístas que determinavam a sua decadência. Magalhães ia abandonando a noção de liberdade como medida organizadora da história do Brasil, e isto porque o Brasil não a havia experimentado até então. Acontecimentos como o 7 de setembro e o 7 de abril, este mais do que aquele, são descritos por Magalhães como fundamentais à implementação da liberdade, no entanto, eles não eram por si só revolucionários, era necessário que uma reforma radical fosse implementada, o que significa dizer que era preciso instaurar o modo de ser do amor, modo de ser que era compreendido como condição de possibilidade para a fundação de um governo liberal nos moldes do que estava ocorrendo na França. Para um estudo mais aprofundado sobre a maior importância que o 7 de abril ia ganhando em relação ao 7 de setembro, ao longo da década de 30 do Oitocentos, ver Mattos (2009: p. 19).

^{xv} Segundo Magalhães, e isto orientado por Victor Cousin e pela sua leitura de Hegel (ver Antonio Paim, 1996, p. 27-30), os particulares e o universal, apesar de diferenciados, se co-pertencem, e isto porque aqueles são orientados, em última instância, pela medida do universal. Como afirma Magalhães: “Por uma espécie de contágio, uma idéia lavra entre os homens de uma época; reúne-os todos numa mesma crença; e seus pensamentos se harmonizam, e para um fim só tendem. Cada época representa então uma idéia, que marcha escoltada d’outras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeado de seus satélites; ela contém, e explica as outras idéias como as premissas no raciocínio contém e explicam a conclusão. Essa idéia é o espírito e o pensamento mais íntimo de uma época é a razão oculta de todos os fatos contemporâneos” (Magalhães, 1978: p. 134-135).

Segundo Cousin: “La vie de l’humanité se compose d’un certain nombre d’événements qui se suivent, mais dont chacun, considere em lui-même, forme un tout distinct qui a ses parties; un drame plus ou moins long, qui a ses commencements, son progrès et sa fin. Ces différents drames sont les différents époque de l’humanité (...) mais enfin, que sais-je em dernière analyse? Que l’humanité a maintenant tel age, qu’elle a éprouvé divers accidents plus ou moins remarquables, ici par telle cause, là par telle autre (...) Mais mes besoins finissent-ils là, et n’ai-je plus rien à savoir et à chercher sur l’humanité et sur le monde? (...) Mais cet accidentel, dirá-t-on, c’est précisément le réel? Assurément mais le réel ce n’est pas le vrai. Le réel ne tombe sous la connaissance que par son rapport à la vérité qu’il réfléchit, à laquelle il est conforme. C’est dans cette conformité que le réel a sa vérité; c’est par le rapport éternel de la réalité à la vérité que la réalité est

éternellement vraie; c'est par le rapport éternel de l'accidentel au nécessaire que l'accidentel lui-même est nécessaire (...) (Cousin, 2002: p. 189-191).

Este problema fora colocado de forma semelhante na Alemanha Oitocentista por Kant, acompanhemos: “De um ponto de vista metafísico, qualquer que seja o conceito que se faça da *liberdade da vontade*, as suas *manifestações (Erscheinungen)* – as ações humanas –, como todo outro acontecimento natural, são determinadas por leis naturais universais. A história, que se ocupa da narrativa dessas manifestações, por mais profundamente ocultas que possam estar as suas causas, permite todavia esperar que, com a observação, em suas linhas *gerais*, do jogo da liberdade da vontade humana, ela possa descobrir aí um curso regular – dessa forma, o que se mostra confuso e irregular nos sujeitos individuais poderá ser reconhecido, no conjunto da espécie, como um desenvolvimento continuamente progressivo, embora lento, das suas disposições originais (...) (Kant, 1986: p. 9). Para o caso alemão ver Koselck (2006 e 1997). Ver, também, o problema da historicização da noção de civilização em Araújo (2008: p. 104-105).

^{xvi} Cabe fazer referência, aqui, a diferentes concepções de literatura disponíveis nas décadas de 30 e de 40 do Oitocentos. Por um lado, por exemplo, temos o general José Inácio de Abreu e Lima, que em seu texto “Bosquejo histórico, político e literário”, de 1835, anota que a literatura se restringia a um exercício de evidenciação e de intensificação das ciências exatas, restando à história e à poesia posição “acessória”. Por outro lado, Santiago Nunes Ribeiro escreve, na “Minerva Brasileira”, no ano de 1843, que a literatura seria “a totalidade dos escritos literários ou científicos”, na senda de Gonçalves de Magalhães e de seus companheiros.

Outro aspecto importante a ser destacado na reflexão de Santiago Nunes Ribeiro é a relação necessária entre a literatura e as instituições de um povo, suas idéias e hábitos. Segundo o autor, e isto junto a Magalhães e seus companheiros, o conjunto de saberes que constituíam a literatura deveria evidenciar e intensificar os sentidos próprios a determinado espaço físico, sentidos que se mostrariam de forma progressiva. Ver Gonçalves (2009: p. 446-450) e Süssekind (1990: p. 83-87).

^{xvii} Compreendemos que a literatura de Magalhães estava comprometida com a formação dos homens e mulheres da *boa sociedade*, uma formação que, segundo o autor, deveria, mas que não poderia ser realizada pelo Estado em construção, pois este ia se constituindo como um âmbito preenchido por homens egoístas e amorais. Essa literatura estava comprometida com uma pedagogia em tudo particular, uma pedagogia que se concretizava, sobretudo, a despeito da razão e mais, propunha sentidos e lições bem-definidos, a saber, o modo de ser da *caritas* e enunciados técnicos pragmáticos, compreensão que pretendia uma espécie de formação coletiva unívoca. Essa explicitação acerca do caráter formativo próprio à Niterói nos afasta, também, da compreensão de que Magalhães e seus companheiros teriam se dedicado a um ideal de formação do tipo alemão, ou se quisermos, a *Bildung*. E isto porque sua literatura, diferentemente daquela constituída no interior do Romantismo alemão, não era âmbito privilegiado a uma tensão entre sujeitos e obra, tensão a partir da qual nasceria uma espécie de “jogo produtivo”, na linguagem kantiana, e, por conseguinte, ganharia lugar um “leitor ampliado”, para me utilizar de um conceito caro a F. Schlegel. Dizendo ainda em outras palavras, não me parece existir na literatura de Magalhães e de seus companheiros um compromisso com a *Bildung* romântica alemã, e isto porque a sua literatura não se oferecia como espaço ideal à dialética entre os diferentes sujeitos e a obra, dialética fundamental à conquista da consciência de si e ao espessamento das múltiplas consciências em jogo. Para uma compreensão mais detida da relação entre o Romantismo alemão e a literatura de Magalhães e de seus companheiros ver Costa Lima (1993: p. 192-239), Süssekind, (1990: p. 10 e Araújo (2008: p. 121). Para o problema da *Bildung*, ver Benjamin (2002) e Oliveira (2006: p. 13-54).

^{xviii} Sobre Schelling, Ricardo Barbosa anota que: “Como se trata aqui de uma oposição entre o saber e a ação, é preciso determinar como essa oposição é possível e se ela é legítima. Já que se admite o absoluto como identidade do ideal e do real, apenas duas possibilidades se apresentam: a de que o ideal manifeste sua essência na forma e no real, e a de que a forma e o real se dissolvam na essência. Esse duplo movimento consiste na ‘ação una do saber originário’. Mas como nele o ideal e o real são idênticos e inseparáveis, toda ação do saber absoluto deve conter essa duplicidade: seja na natureza, seja no mundo ideal, a identidade do real e do ideal se manifesta (...) A simples oposição entre o saber e a ação só pode resultar do ponto de vista da razão finita, mas esse ponto de vista é superado desde o absoluto”. (Barbosa, 2010: p. 78-79)

^{xix} Cf. Süssekind (1990), em capítulo intitulado – “A literatura como cartografia”. A autora também afirma que os textos “científicos”, ao longo das décadas de 30 e de 40, textos como os que foram reunidos na Niterói, não se dedicaram, curiosamente, à determinação suficiente (exaustiva) do espaço físico Brasil.

^{xx} Em relação à necessidade de se evidenciar os predicados específicos da natureza, ou ainda, de se ter cuidado com cada detalhe dessa natureza, explicitando-os, o próprio Magalhães se manifestara de acordo,

apesar de não realizá-lo em seu texto na Niterói, como anota: “O amante da verdade porém, por caminhos não trilhados, em tudo encontra interesse, e objeto de profunda meditação. Como o viajor naturalista, que se extasia na consideração de uma florzinha desconhecida, que o homem bronco tantas vezes vira com desprezo. O que era ignorado ou esquecido romperá destarte o envoltório de trevas, e achará devido lugar entre as coisas já conhecidas”. (Magalhães, 1978: p. 145)

^{xxi} É importante anotar que o texto publicado em 1836 no Tomo primeiro, número 1 da Revista Niterói é uma versão discutida e reescrita, algumas vezes, desde o ano de 1834, quando Magalhães o apresenta, pela primeira vez, no Instituto Histórico de Paris, a convite de Eugene Garay de Monglave, liberal francês que havia estado no Brasil, pela primeira vez, em 1814. Portanto, acreditamos que o texto que ora analisamos leva a cabo algumas discussões e investigações realizadas em Paris ao longo de alguns anos, discussões e investigações que foram suficientes para despertar o modo de ser pessimista (realista) que destacamos, e que parece constituir a visão de mundo dos companheiros em 1836, ou ainda, o próprio ponto de determinação dos textos que nos propomos a estudar. Dizendo ainda em outras palavras, os textos de Magalhães e de seus companheiros são produzidos a partir de uma atmosfera determinada por uma tensão irreduzível entre otimismo e esperança em salvar o Império, por um lado, e tristeza e desilusão profundas no tocante a essa finalidade, por outro lado. Para uma compreensão da trajetória dos amigos em Paris, especialmente no Instituto Histórico de Paris, ver Faria (1970).

^{xxii} Cf. Valdei Lopes de Araújo: “Abria-se, desse modo, um caminho de mão dupla: as descobertas da ciência poderiam levar a uma correta compreensão do passado, bem como o conhecimento do passado poderia revelar saberes úteis à ciência. O fundamental nessa compreensão é a idéia de que existiria um soterramento da verdade provocado pela decadência das civilizações, e que cada uma dessas civilizações, em seu momento de esplendor, descobriu certos conhecimentos eternos. A estabilidade da natureza serve como pano de fundo fixo a partir do qual essas “histórias” poderiam ser repetidas e ultrapassadas. Apenas a ignorância e a barbárie se perdem e se acumulam em opiniões e velharias; a verdade permaneceria sempre jovem, mesmo que oculta em camadas de preconceitos e ignorância. (Araújo, 2008: p. 28).

^{xxiii} Sobre essas duas funções da literatura em Magalhães, Valdei Lopes de Araújo afirma que: “Embora afirme dever ser a literatura filha de seu tempo, Magalhães admite que, em diversos povos, ela precisa lidar com uma dimensão que não está diretamente relacionada com suas circunstâncias reais (...) Todas as literaturas modernas estariam marcadas por essa luta entre duas forças: a expressão de seu próprio tempo e lugar e um conjunto de obras, referências e procedimentos herdados” (Araújo, 2008: p. 120). Ou ainda: “Transformada em processo, a literatura assume o papel de horizonte de totalidade, como a dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. Através dela a história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado é a nação” (Araújo, 2008: p. 121).

^{xxiv} Sobre a proeminência da poesia como saber privilegiado à ausculta e evidenciação do que é e deve ser, Valdei Lopes de Araújo anota que: “Se a poesia parece receber certo destaque, deve-se isso ao fato de ser considerada, no interior de uma compreensão progressiva dos gêneros literários, a primeira manifestação da literatura, entendida agora como uma espécie de totalização das diferentes dimensões da realidade” (Araújo, 2008: p. 119).

^{xxv} Como afirma Manoel Salgado Guimarães, toda investigação e construção de passados é uma ação orientada pela necessidade de responder aos desafios de um tempo determinado, como podemos ler: “O passado como parte da construção do presente e como desejo de projeção para o futuro, como projeto social (...)” (Guimarães, 2010: p. 9). É justo isto que Magalhães e Pereira da Silva estão realizando, uma investigação sincera do passado, a partir de um presente, de um tempo aberto, marcado por incertezas e redefinições, o tempo regencial. Investigação determinada por medos e esperanças produtoras de compreensões teleológicas que vão se esvaindo na medida mesmo em que os companheiros seguem experimentando as fontes e seu presente, a um e só tempo. Inicialmente, os autores, aqui no papel de historiadores, buscam superar seus medos e incertezas, que são medos e incertezas de um tempo, vale anotar, através da pretensão da fundação de um discurso capaz de oferecer “continuidade”, “durabilidade” e “permanência” (Guimarães, 2010: p. 9), categorias caras àqueles tempos. Ver, também, a noção de *continuum* em Koselleck (2001), p. 35-42, em Mattos (2009: p. 18) e em Araújo (2008: p. 117-133).

No entanto, já avançadas as investigações e discussões no interior da Niterói, os autores vão se dedicando à conformação e à desilusão em relação à própria possibilidade de se construir novos tempos, ganhando espaço, assim, um modo de ser triste orientado pela possibilidade, quase necessidade, da decadência do Império. Melhor dizendo, Magalhães e seus companheiros escrevem a partir daquela tensão irreconciliável a que já nos

referimos, entre otimismo e esperança, por um lado, e tristeza e desilusão profundas por outro. Junto a Valdeí Lopes de Araújo, anotamos que Magalhães e seus companheiros, desiludidos com o passado herdado a Portugal, passam a orientar suas investigações e escrita a partir de categorias como “individualidade”, “sentido”, “expressão” e “compreensão”, e isto porque buscam descobrir sentidos próprios ao Brasil, sentidos fundamentais à configuração de um *horizonte de expectativa* ideal à redenção e ao progresso moral e material do Brasil (Araújo, 2008: p. 124-126).

^{xxvi} Ao criticar o livro de Montezuma dedicado à idéia de República, Magalhães deixa clara sua posição de desconfiança e descrédito acerca da história. Ele afirma que o “método histórico” apesar de ser um caminho profícuo é insuficiente para evidenciar a verdade, e isto porque a história seria capaz de oferecer provas e contra provas seguidas sobre um mesmo tema, senão vejamos: “Cuida o povo que a virtude é consequência necessária da República, tomando a causa pelo efeito. As Repúblicas caem quando as virtudes desaparecem; e a Monarquia pode tão bem sustentar-se nas virtudes, como as Repúblicas no terror (...) Se tivéssemos de fazer a crítica deste livro, notaríamos ao seu Autor, que o método histórico por si só não é suficiente para conduzir-nos à verdade. Um autor que quisesse fazer a antinomia do seu livro, bastava narrar outros tantos, ou mais fatos históricos que desacreditam as Monarquias, mesmo as constitucionais; e chegaria a um oposto resultado, e nem por isso teria razão” (Magalhães, 1978: p. 245). Caberia aqui pensarmos, também, no descrédito que a compreensão retórica de história ia sofrendo no interior da reflexão de Magalhães, ou ainda, na recusa de Magalhães em se apropriar da história - disso que seria uma espécie de caleidoscópio, que serviria a qualquer interpretação - com o intuito de educar. Ver Koselleck (2006).

Em verdade, a relativização de qual seria a melhor forma de governo proposta por Magalhães, ou ainda o seu descrédito em torno dessas formas propriamente, aparece no interior de uma cultura política na qual tanto a idéia de República quanto a idéia de Monarquia eram manipuladas menos em virtude de determinações ideológicas determinadas do que em função de interesses particulares, egoístas se seguirmos o vocabulário inscrito pelo autor. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos: “(...) na eclosão da Revolução Pernambucana de 1817, de caráter republicano. Ali, como em outras capitânicas do ‘Brasil’, as idéias republicanas eram nutridas pela oposição à monarquia e aos interesses que ela representava no Rio de Janeiro. Assumindo variados matizes, inspirando-se em fontes diferenciadas e discutidas nas lojas maçônicas, aquelas idéias, em sua variada apresentação, reivindicavam tanto direitos para os que aspiravam ser novos cidadãos de acordo com os princípios do constitucionalismo quanto a salvaguarda de antigas franquias e privilégios de antigos vassalos, convergindo ambos, quase sempre, na defesa da organização federativa ou confederativa” (Mattos, 2010: p. 103-104).

^{xxvii} Esta compreensão do papel fundamental representado por homens excepcionais, os “heróis”, é acolhida junto às reflexões de Mme de Staël, pois segundo Magalhães: “Que cada qual se convença do que diz Madama de Staël que: ‘A glória dos grandes homens é o patrimônio de um país livre; depois de sua morte todos participam dela’” (Magalhães, 1978: p. 138). Sobre a noção de herói ver, ainda, Gonçalves (2009: p. 450-460).

^{xxviii} Em alguns momentos do texto, Magalhães afirma, claramente, a compreensão de que o espírito do povo, representado por sua literatura, dependeria da boa-vontade dos homens e mulheres para ser concretizado, como podemos ler: “Mas não são estas as únicas modificações, que entre os diversos povos experimenta a Literatura; outras há, que da natureza mesmo do homem, da civilização, e do progresso dependem; porque seja qual for a modificação que a Literatura sofra, em acordo acha-se sempre esta modificação com o caráter e estado de civilização deste povo. Assim a Literatura é variável como são os séculos, semelhante ao Termômetro, que sobe ou desce segundo o estado da atmosfera” (Magalhães, 1978: p. 134).